

A DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA E AS ALTERAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL PÁTRIO: UMA ANÁLISE CRÍTICA EM COTEJO COM AS NORMAS CONTIDAS NO MICROSSISTEMA INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL 8.078/1990 EM PROL DOS CONSUMIDORES

THE BRAZILIAN ECONOMIC FREEDOM RIGHTS ACT AND ITS AMENDMENTS TO THE BRAZILIAN CIVIL CODE: A CRITICAL ANALYSIS IN COMPARISON WITH THE RULES ESTABLISHED ON THE BRAZILIAN CONSUMER PROTECTION CODE

JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA

Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (FUFBA). Professora Adjunta de Direito das Relações de Consumo da FUFBA. Professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Baiana de Direito. Coordenadora e Supervisora Científica da Associação Baiana de Defesa do Consumidor (ABDECON). Diretora para a Região Nordeste do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCON). Promotora de Justiça do Consumidor do MPBA. joseane.suzart@outlook.com

Recebido em: 30.03.2020
Aprovado em: 20.07.2020

ÁREAS DO DIREITO: Consumidor; Financeiro e Econômico

RESUMO: A Lei Federal 13.874/19, que instituiu a Declaração de Liberdade Econômica no Brasil, alterou o Código Civil Pátrio no que concerne às regras sobre a interpretação e a revisão dos negócios jurídicos, a função social e os fundos de investimento, além de modificar outros diplomas legais. O problema do presente artigo consiste em averiguar se as referidas inovações afetaram a proteção dos direitos dos consumidores consagrados em microssistema específico. Aponta-se, como hipótese central da pesquisa empreendida, a exclusão do direito do consumidor do campo de incidência da novel legislação, a despeito da sua vinculação com o arcabouço cível. Na primeira parte, constarão observações sobre o objeto

ABSTRACT: The Brazilian Federal Law n. 13,874 of 2019 established a set of standards for Economic Freedom rights in Brazil, while also amending provisions, on the Brazilian Civil Code related to interpretation and adjustment of contracts terms, the general clause of "social function of contracts" (*função social do contrato*) and the regulation of investment funds, in addition to the amendment of additional legislation. In this sense, this paper aims to analyze whether these innovations brought by Law 13,874 of 2019 have modified the protection of consumer rights, which are established on the Brazilian Consumer Protection Code (Law n. 8,078 of 1990). The main hypothesis for this research is that consumer

do atual conjunto normativo, os princípios, os direitos e as garantias direcionados para o desenvolvimento econômico. Em seguida, serão examinados a desconsideração da personalidade jurídica, os vetores interpretativos inseridos na Lei 10.406/02, a função social dos contratos e as novas regras sobre revisão destes. Transpõe-se, em seguida, a abordagem para os fundos de investimento e a proteção dos destinatários finais de bens. Foram utilizados os métodos hermenêutico, dialético e argumentativo, seguindo-se a vertente crítico-metodológica e a linha de investigação jurídico-projetiva, bem como concretizou-se pesquisa exploratória (bibliográfica e documental) e a técnica da documentação indireta. Conclui-se no sentido de que os vínculos jurídicos de natureza consumerista continuam sendo regidos pela Lei 8.078/90, conquanto não estejam apartados do universo civil, não sofrendo impactos negativos com a estrutura normativa integrada ao CC/02.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade econômica – Código Civil – Consumidores – Microssistema.

rights were not regulated by Law 13,874 of 2019, despite the fact the regulation of consumer rights are intertwined with the Brazilian Civil Code. The first section of the paper corresponds to an analysis of the new principles, rights and guarantees which were established by Law 13,874 of 2019 and target the economic development of the country. On the second part, the paper shall analyze the preexisting rules for piercing the corporate veil under Brazilian law, the standards for interpretation of contracts' terms, the general clause of "social function of contracts" in face of Law 13,874 of 2019. Subsequently, the paper shall the rules regarding investment funds and the protection of effective consumers of goods and services. In terms of methodology, the research is mainly based on the hermeneutic, dialectical and argumentative methods, following a critical-methodological approach and including prospective research and exploratory research (literature) by means of indirect exploration. The paper concludes that although consumer rights are part of Private Law, they are still regulated by the Brazilian Consumer Protection Code.

KEYWORDS: Economic Freedom – Brazilian Civil Code – Consumers – Brazilian Consumer Protection Code – Legal statutes of Private Law.

SUMÁRIO: Introdução. 1. Princípios, direitos e garantias instituídos pela Lei Federal 13.874/19 considerados essenciais para o crescimento e o desenvolvimento do Brasil. 2. Inovações no Código Civil mediante a utilização de conceitos jurídicos indeterminados: críticas tecidas pela doutrina. 2.1. Alterações sobre a desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil e as disposições normativas constantes no microssistema consumerista. 2.2. A interpretação dos negócios jurídicos e as regras para os vínculos entabulados entre fornecedores e destinatários finais. 2.3. A função social, o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual introduzidos no parágrafo único do art. 421 do Código Civil. 2.4. As novas regras sobre a responsabilidade dos gestores dos Fundos de Investimentos em face dos artigos 7º, parágrafo único, e 24, § 1º, da Lei 8.078/90 e do art. 927 do Código Civil. Conclusões. Referências.

Ao se alterar um código, faz-se necessário dialogar com sua estrutura principiológica, sob pena de se iniciar um processo de erosão desnecessário de seus fundamentos.¹

1. RODRIGUES JR., Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier. A MP da Liberdade Econômica: o que mudou no Código Civil? (parte 2). *Revista Consultor Jurídico*, São Paulo, Coluna Direito Comparado, 08.05.2019.

SILVA, Joseane Suzart Lopes da. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e as alterações no Código Civil Pátrio: uma análise crítica em cotejo com as normas contidas no microssistema instituído pela Lei Federal 8.078/1990 em prol dos consumidores. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. vol. 25. ano 7. p. 31-57. São Paulo: Ed. RT, out.-dez./2020.

leniência, para que a livre-iniciativa possa ser impulsionada. Entrementes, nenhuma evolução pode ou deve ignorar os que estejam protegidos devido à vulnerabilidade, como ocorre com os consumidores.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Christian. *Verbraucherschutzrecht*. München: Beck, 2015.
- ALPA, Guido. *IDiritto dei Consumatore*. Milano: CEDAM, 1998.
- AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 10. ed. rev., atual. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. Cláusulas contratuais gerais, cláusulas abusivas e boa-fé. *Revista da Ordem dos Advogados*, Rio de Janeiro, ano 60, II, p. 573-595, abr. 2000.
- BENJAMIN, Antônio Herman Vasconcellos. Prefácio. In: MORAES, Paulo Valério Dal Pai. *Código de Defesa do Consumidor*. O princípio da vulnerabilidade no contrato, na publicidade, nas demais práticas comerciais. 3. ed. atual. e amp. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- BOURGOIGNIE, Thierry. *El derecho comunitario de consumo: experiencia y perspectivas respecto a la Europa de 1993*, 1993-II-925.
- BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Liberdade contratual e sua funcionalização: orientação metodológica e linguagem utilizadas pela comissão elaboradora do Código Civil brasileiro. *Revista Brasileira de Direito Comparado*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 104-120, 2010.
- BÜLOW, Peter; ARTZ, Markus. *Verbraucherprivatrecht*. 6. Auflage. Heidelberg: C.F. Müller, 2018.
- CALAIS-AULOY, Jean; TEMPLE, Frank. *Droit de la consommation*. 8. ed. Paris: Dalloz, 2010.
- CAS, Gérard; FERRIER, Didier. *Droit de la consommation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.
- CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; PICCELLI, Roberto Ricomini; MACIEL, Renata Mota. *Lei da Liberdade Econômica anotada*. Lei 13.874, de 2019. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.
- D'ALESSANDRO, F. *Personae giuridiche e analisi del linguaggio*. Padova: CEDAM, 1989.
- DE GIORGI, M. V. et al. *Il riconoscimento delle persone giuridiche*. Milano: IPSOA, 2001.
- DÍEZ-PICAZO, L.; GULLÓN, A. *Instituciones de derecho civil*. 2. ed. Madrid: Tecnos, 2000.
- ENNECCERUS, L.; NIPPERDEYM H. C. *Derecho civil (parte general)*. In: ENNECCERUS-KIPP-WOLF. *Tratado de derecho civil*. Barcelona: Bosch, 1954. v. I.

- ENNECCERUS, Ludwig; KIPP, Theodor; WOLFF, Martin. *Tratado de Derecho Civil*. Barcelona: Bosch, 1976. v. 4.
- FALLON, Marc. *Les accidents de la consommation et le droit*. Bruxelas: Bruylant, 1982.
- FERRARA, F. *Teoria delle persone giuridiche*. 2. ed. riveduta. Napoli: Marghieri, 1923. GALGANO, F. Struttura logica e contenuto normativo del concetto di persona giuridica. *Rivista di Diritto Civile*, Padova, ano XI, n. 6, nov.-dic. 1965.
- FERRY, Luc. *A inovação destruidora*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- FLUME, *Das Rechtsgeschäft*. 3. ed. Berlin: Springer, 1979.
- FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Liberdade de escolher*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- GOMES, Orlando. *Contratos*. 24. ed. Forense: Rio de Janeiro, 2001.
- HAYEK, Friedrich. *Direito, legislação e liberdade*. São Paulo: Visão, 1985.
- KLOEPFER, Michel. *Informationsrecht*. Munique: Beck, 2002.
- LARENZ, Karl. *Base del negocio juridico y cumplimiento de los contratos*: Trad. Carlos Fernandez Rodriguez. Madrid: Revista de Derecho Privado, 1956.
- LEONARDO, Rodrigo Xavier. A pessoa jurídica no direito privado do século XXI. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite (Org.). *Manual de teoria geral do direito civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
- MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 6. ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MARQUES, Claudia Lima.; MIRAGEM, Bruno. *O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno; BENJAMIN, Antônio Herman. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 3. ed. rev., amp. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- MINERVINI, Enrico. *Tutela del Consumatore e Clausole Vessatorie*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2001.
- MIRAGEM, Bruno. *Curso de direito do consumidor*. 7. ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.
- MONTEIRO, Antônio Pinto. Erro e teoria da imprevisão. In: CALDERALE, Alfredo. *Il Nuovo Codice Civile Brasiliano*. Milano: Giuffrè, 2003.
- MOSSTET ITURRASPE, Jorge; WAJNTRAUB, Javier H. *Ley de Defensa del Consumidor*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2010.
- NORTH, Douglas. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- OERTMANN, Paul Ernst Wilhelm. *Der Vergleich im gemeinen Zivilrecht*. Aalen: Scientia, 1969 (Nachdr. d. Ausg. Berlin 1895).

- OLIVEIRA, José Lamartine Correia de. *A dupla crise da Pessoa Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1979.
- OSILIA, Elio. Sul fondamento della risolubità Del Contrato por sopravvenuta eccessiva onerosità della prestazione. *Rivista del Diritto Commerciale*, Milano, 1949.
- PAISANT, Gilles. *Droit de la consommation*. Paris: Presses Universitaires de France – P.U.F., 2019.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993. v. V.
- PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos. Lei da Liberdade Econômica é bem-vinda, mas não aplicável às relações de consumo. *Revista Consultor Jurídico*, São Paulo, Coluna Direito Civil Atual, 30.12.2019.
- PICOD, Yves; DAVO, Hélène. *Droit de la consommation*. 2. ed. Paris: Sirey Université, Dalloz, 2010.
- PINO, Augusto. *La excesiva onerosidad de la prestación*. Trad. F. Mallol. Barcelona: Bosch, 1959.
- PONTES DE MIRANDA, F. C. *Tratado de direito privado*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954. v. 1.
- REICH, Norbert. Vulnerable consumers in EU Law. In: LECZYKIEWICZ, Dorota; WEATHERILL, Stephen. *The Images of the Consumer in EU Law: legislation, free movement, and Competition Law. Studies of the Oxford Institute of European and Comparative Law*. Oxford: Hart Publishing, 2018.
- REZZÓNICO, Juan Carlos. *Contratos com cláusulas predispostas*. Condiciones negociales generales. Buenos Aires: Astrea, 1987.
- RODRIGUES JR., Otavio Luiz. *Revisão judicial dos contratos: autonomia da vontade e teoria da imprevisão*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- RODRIGUES JR., Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier. A MP da Liberdade Econômica: o que mudou no Código Civil? (parte 2). *Revista Consultor Jurídico*, São Paulo, Coluna Direito Comparado, 08.05.2019.
- RODRIGUES JR., Otavio Luiz; et al (Org.). *Comentários à Lei da Liberdade Econômica*. Lei 13.874/2019. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.
- RUY, Fernando Estevam Bravin. *Direito do investidor*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- SALOMÃO, Luís Felipe; CUÊVA, Ricardo Villas Boas; FRAZÃO, Ana. *Lei de Liberdade Econômica e seus impactos no direito brasileiro* (Org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.
- SCHÖNENBERGER, Wilhelm; JÄGGI, Peter. *Obligationenrecht*. Zürich: Schulthess, 1973.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

- SERICK, Rolf. *Forma e Realtà dela Persona Giuridica*. Milano: Giuffrè, 1966.
- STIGLER, George J. *The theory of price*. 4. ed. New York: Macmillian Publishing Company, 1987.
- TARTAGLIA, Paolo. Onerosità eccessiva. *Enciclopedia del Diritto*. Varese, Giuffrè, 1980. v. XXX.
- TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. MP da “liberdade econômica”: o que fizeram com o Direito Civil? *Revista Consultor Jurídico*, São Paulo, Coluna Direito Civil Atual, 13.05.2019.
- TONNER, Klaus. *Verbraucherrecht. Rechtliches Umfeld*. Vertragstypen Rechtsdurchsetzung. Baden-Baden: Nomos, 2012.
- ULLREICH, Stefan. *Der Verbrauchervertrag*. Wien: Österreich, 2016.
- VANDERKERCKHOVE, Karen. Piercing the corporate veil. Netherlands: Kluwer Law International, 2007.
- VERRUCOLI, Piero. *Supramento dela Personalità Giuridica delle Società di Capitali nella ‘Common Law’ e nella ‘Civil Law’*. Milão: Giuffrè, 1964.
- VINEY, Geneviève. Les obligations. La responsabilité: conditions. In: GUESTIN, Jacques (Dir.). *Traité de Droit Civil*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1982.
- VON HIPPEL, Eike. *Verbraucherschutz*. 2. ed. Tübingen: Mohr, 1979.
- VON MISES, Ludwig Edler. *As Seis Lições*. Socialismo. Capitalismo. Inflação. Investimento estrangeiro. Política e ideias. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 9. ed. São Paulo: LVM, 2018.
- WEILER, Frank. Informationspflichten. In: TAMM, Marina; TONNER, Klaus. *Verbraucherrecht. Rechtliches Umfeld*. Vertragstypen Rechtsdurchsetzung. Baden-Baden: Nomos, 2012.
- WINDSCHEID, Bernardo. *Diritto dele Pandette*. Trad. Carlo Fadda e Paolo Emilio Bensa. Torino: Unione Tipografica Torinese, 1902. v. I.
- WORMSER, I. Maurice. *Disregard of the Corporate Fiction and Allied Corporations Problems*. Nova York: Baker, Voornis and Company, 1927.
-

PESQUISAS DO EDITORIAL

Veja também Doutrinas relacionadas ao tema

- A desconsideração da personalidade jurídica em face da sistemática da liberdade econômica (Lei 13.874/2019), de Marina Vezzoni e Ana Paula Corrêa Patiño – *RDB* 88/207-224 (DTR\2020\6954); e
- Da relevância empresarial da declaração de direitos de liberdade econômica, Lei 13.874/2019, no cenário negocial brasileiro, de Armando Luiz Rovai e Paulo Sérgio Nogueira Salles Júnior – *RDB* 86/17-30 (DTR\2019\42103).